

# TRIBUNAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

## Acórdão do Tribunal da Função Pública (Primeira Secção) de 9 de Junho de 2010 — Marcuccio/Comissão

(Processo F-56/09) <sup>(1)</sup>

*(Função pública — Funcionários — Acção de indemnização  
— Acesso da administração ao alojamento de serviço de um  
funcionário — Respeito do domicílio e da vida privada)*

(2010/C 221/95)

Língua do processo: italiano

### Partes

*Recorrente:* Luigi Marcuccio (Tricase, Itália) (Representantes: G. Cipressa, depois G. Cipressa e L. Mansullo, advogados)

*Recorrida:* Comissão Europeia (Representantes: J. Curral e C. Bernardis-Kayser, agentes, assistidos por A. Dal Ferro, advogado)

### Objecto

Anulação da decisão da Comissão de indeferimento do pedido do recorrente que tem por objecto, por um lado, a reparação dos danos alegadamente sofridos na sequência da introdução de agentes da Comissão no seu alojamento de serviço em Luanda no dia 8 de Abril de 2002 e, por outro, o envio das cópias das fotografias tiradas nessa ocasião e a destruição de toda a documentação relativa a esse acontecimento.

### Dispositivo

1. A Comissão Europeia é condenada no pagamento a L. Marcuccio do montante de 5 000 euros.
2. É anulada a decisão de 11 de Setembro de 2008 da Comissão Europeia, na medida em que indefere o pedido de 24 de Abril de 2008, de L. Marcuccio, de envio das fotografias, de destruição das fotografias e de comunicação das informações relativas a esta destruição.
3. É negado provimento ao recurso quanto ao mais.
4. A Comissão Europeia é condenada no pagamento, além das próprias despesas, de um quarto das despesas de L. Marcuccio.

5. L. Marcuccio suporta três quartos das suas despesas.

<sup>(1)</sup> JO C 205 de 29.08.2009, p. 48

## Recurso interposto em 11 de Junho de 2010 — Kaser/Comissão

(Processo F-45/10)

(2010/C 221/96)

Língua do processo: inglês

### Partes

*Recorrente:* Ferdinand Kaser (Bruxelas, Bélgica) (representante: M. Schober, advogado)

*Recorrida:* Comissão Europeia

### Objecto e descrição do litígio

Em primeiro lugar, anulação da decisão da Comissão Europeia CMS 07/046 por meio da qual o recorrente foi afastado das suas funções, sem redução dos seus direitos à pensão, que produziu efeitos em 15 de Agosto de 2009, e anulação de todas as decisões tomadas contra o recorrente desde Setembro de 2003 até ao seu afastamento das funções e, em segundo lugar, pedido de indemnização.

### Pedidos do recorrente

O recorrente pede que o Tribunal se digne:

- anular a Decisão CMS 07/046 por motivos de assédio, má gestão e violação do seu direito fundamental de ser ouvido;
- anular as decisões tomadas pela Autoridade Investida do Poder de Nomeação contra o recorrente desde Setembro de 2003 até ao seu afastamento das funções devido à violação do direito do recorrente de ser ouvido;
- permitir a audição do recorrente nos termos do artigo 7.º, n.º 1, e do artigo 24.º do Estatuto dos Funcionários, e pronunciar-se sobre os pedidos apresentados em Fevereiro de 2008 e Março de 2008;